

Caderno de Encargos

Consulta prévia [no âmbito do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º conjugado com o artigo 47-A do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro na sua atual redação] para **aquisição de material elétrico destinado ao Pavilhão do Centro Logístico do Município de Montemor-o-Velho**

Cláusula 1ª

Objeto

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar, na sequência do procedimento pré-contratual e que tem por objeto a **aquisição de material elétrico destinado ao Pavilhão do Centro Logístico do Município de Montemor-o-Velho**, conforme especificações constantes do anexo I ao presente Caderno de Encargos.

Cláusula 2ª

Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) suprimientos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses mesmos erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) o presente caderno de encargos;
 - d) a proposta adjudicada;
 - e) os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e os seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3ª

Prazo

O prazo máximo de fornecimento dos bens é de 20 dias a contar da data da notificação, ao concorrente, da respetiva adjudicação.

Cláusula 4ª

Obrigações principais do fornecedor

1. O adjudicatário obriga-se a executar o objeto do contrato de forma profissional e competente, utilizando os conhecimentos técnicos, o *know-how*, a diligência, o zelo e a pontualidade próprios das melhores práticas.
2. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o fornecedor as seguintes obrigações principais:
 - a) Entregar os bens identificados na sua proposta;
 - b) Garantia dos bens;
 - c) Recorrer a todos os meios humanos e materiais que sejam necessários e adequados à execução do contrato;
 - d) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que se processa a execução contratual, bem como conceder todos os esclarecimentos que se justifiquem no prazo indicado pela entidade adjudicante;
 - e) Manter sigilo e confidencialidade.
3. O fornecedor obriga-se a entregar à entidade adjudicante os bens, objeto do contrato, com as características, especificações e requisitos técnicos previstos nas cláusulas técnicas do presente caderno de encargos.
4. Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para o fim a que se destinam.

Cláusula 5ª

Forma do fornecimento dos bens objeto do contrato

Os bens, objeto do contrato, deverão ser fornecidos à Divisão de Edifícios, Infraestruturas, Equipamentos Municipais, Eventos e Apoio às Juntas de Freguesia, com morada na Estaleiro Municipal, sito no Largo Macedo Sotto Mayor, nº4, 3140 -269, em Montemor-o-Velho.

Cláusula 6ª

Objeto do dever de sigilo

1. As partes obrigam-se reciprocamente a manter sigilo sobre o conteúdo do presente procedimento e sobre quaisquer factos relacionados com a sua execução.

2. O fornecedor deve guardar sigilo sobre toda a informação, documentação comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
3. A informação e documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

Cláusula 7ª

Prazo do dever de sigilo

O fornecedor deverá guardar sigilo quanto a informações que possa obter no âmbito da execução do presente contrato, por qualquer causa, do contrato, em prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 8ª

Obrigações da entidade adjudicante

1. Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, o Município de Montemor-o-Velho deve pagar ao fornecedor o preço constante da proposta adjudicada.
2. O preço referido no número anterior incluirá todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, nomeadamente os relativos ao transporte dos bens objeto do contrato para o respetivo local de entrega, bem como quais quer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 9ª

Condições de pagamento

1. A quantia devida pela entidade adjudicante, nos termos das cláusulas anteriores, deve ser paga no prazo de 30 (trinta) dias após a receção da respetiva fatura, a qual só pode ser emitida após a entrega dos bens objeto do contrato.
2. Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores apresentados nas faturas, deve este comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

Cláusula 10ª

Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a entidade adjudicante pode exigir do fornecedor o pagamento de uma pena pecuniária, de 20% sem prejuízo de poder resolver o contrato.
2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do fornecedor, a entidade adjudicante pode exigir-lhe uma pena pecuniária até 30% do preço contratual.
3. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 11ª

Força Maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) circunstâncias que não constituem força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
 - b) greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou grupos de sociedades do fornecedor ou grupos de sociedades em que este se integre, bem como sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais.
 - e) incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
 - g) eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante de força maior.

Cláusula 12ª

Resolução por parte da entidade adjudicante

Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o Município de Montemor-o-Velho pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, não ficando a entidade adjudicante obrigada ao pagamento de qualquer indemnização.

Cláusula 13ª

Resolução por parte da entidade adjudicatária

O fornecedor pode resolver o contrato nos casos previstos no artigo 332.º do CCP.

Cláusula 14ª

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada competência do Tribunal Administrativo da área do Município de Montemor-o-Velho, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 15ª

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser redigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contrato constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 16ª

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 17ª

Proteção de dados

O prestador de serviços deverá demonstrar e cumprir uma política de privacidade na execução do contrato que explicita de forma clara e transparente as políticas prosseguidas na recolha e tratamento de dados pessoais.

Cláusula 18ª

Legislação Aplicável

Em tudo o que for omissa no presente caderno de encargos, observar-se-á o disposto na legislação nacional e comunitária, nomeadamente nos seguintes diplomas:

- a) Código dos Contratos Públicos – aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro na sua atual redação;
- b) Código do Procedimento Administrativo;
- c) E demais legislação portuguesa aplicável.

Cláusulas Técnicas

Material a fornecer:

Destino: Pavilhão Centro Logístico - Município de Montemor-o-Velho

MAPA DE MEDIÇÕES

CAP.	DESIGNAÇÃO	UN	QUANT.	P/UNIT.	P/TOTAL
	Fornecimento de material elétrico				
1.	Quadro Elétrico				
1.1.	Adaptação do Q.P.FARDAMENTO, para a instalação de 2 disjuntores 3x16A(3kA, Curva C), incluindo todos os acessórios ao seu correto estabelecimento	un	1,00		
1.2.	Q.P.PINTURA	un	1,00		
2.	Caminho de Cabos				
2.1	Fornecimento de caminho de cabos em chapa perfurada da Obo, suspensa ao teto, ou fixa nos elementos da construção, incluindo todos os acessórios de fixação e cabo de aço para suspensão (caso se justifique), para as dimensões:				
2.1.1	150x60mm	m	70,00		
3.	Rede de Terras				
3.1	Ligações equipotenciais				
3.1.1	Ligações equipotenciais a todos os equipamentos metálicos, tubagens, caminhos de cabos, máquinas, estruturas, portas metálicas, janelas e portas as I.S. com ducho, etc...	vg	1,00		
4.	Iluminação				
4.1	Equipamentos de iluminação do fabricante EEE ou equivalente. Fornecimento, de acordo com Peças Escritas e Peças Desenhadas, incluindo todos os acessórios necessários à correta montagem:				
4.1.1	L1 - GBL/XE 01 05054-M0 DE 30498lm RALT 9006, IP65-IK08	un	9,00		
4.1.2	L2 - MHPLP-I-ECO 07 16014-P9 DA 7600lm, IP65-IK09	un	8,00		
5.	Aparelhagem				
5.2.1	Caixas de derivação, incluindo todos os acessórios necessários ao correto estabelecimento das caixas e os respetivos ligadores adequados à ligação dos circuitos.	un	15,00		
5.2.2	Interruptor unipolar simples, instalação saliente, série Estanque 48 da Efapel	un	10,00		
6.	Cabos elétricos				
6.1.	Fornecimento de cabos:				
6.1.1	XV-U2x1.5	m	109,90		
6.1.2	XV-U3G1.5	m	32,30		
6.1.3	XV-U3G2.5	m	237,50		
7.	Tubagem				
7.1	Fornecimento de tubagem :				

7.1.1.	VD(LH)20	m	243,00		
8	Tomadas Normais				
8.1	Aparelhagem				
8.1.1	Fornecimento, de acordo com Peças Escritas e Peças Desenhadas, incluindo todos os acessórios necessários à correta montagem:				
8.1.2	Tomada Dupla monofásica 16A, montagem saliente, da série ESTANQUE 48 da Efapel	un	10,00		
8.1.3	Tomada trifásica 16A com tampa, do tipo CE, montagem saliente, IP44 IK04	un	3,00		
8.1.4	Caixas de derivação, incluindo todos os acessórios necessários ao correto estabelecimento das caixas e os respetivos ligadores adequados à ligação dos circuitos.	un	13,00		
8.2	Cabos elétricos				
8.2.1	Fornecimento de cabos:				
8.2.2	XV-U3G2.5	m	217,60		
8.2.3	XV-U5G2.5	m	284,60		
8.2.4	XV-U3G4	m	4,00		
8.2.5	XV-U5G4	m	4,00		
8.3	Tubagem				
8.3.1	Fornecimento de tubagem:				
8.3.2	VD(LH)20	m	108,40		
8.3.3	VD(LH)25	m	48,90		
9.	Fornecimento de postes para rede WIFI (cilíndricos ou cónicos, em ferro com tratamento - galvanização. Com 4 metros e ocos. Diâmetro de 60mm na ponta).	un	4,00		
				TOTAL	

Prazo de fornecimento: o prazo máximo de fornecimento dos bens é de 20 dias, a contar da data da notificação, ao concorrente, da adjudicação.

Montemor-o-Velho, maio de 2020

O Presidente da Câmara Municipal,

Emílio Augusto Ferreira Torrão